

**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA, 05 DE MARÇO DE 2018.**

**Presidência do vereador Evair Messias Pereira.**

Às dezenove horas e vinte minutos, havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Compareceram os vereadores Danilo Junior de Oliveira (PMDB), Denílson Augusto do Nascimento (PDT), Francisco Ronivaldo Rodrigues(PSL), Gabriel Lourenço de Queiroz (PMDB), Helio Justino dos Santos (PR), Márcio Domingues Andrade (PDT), e Welington dos Reis dos Santos (PMDB). Ausente por motivos de saúde, o vereador Reginaldo Marques dos Santos (PMDB), o qual posteriormente apresentará atestado médico. O Presidente da sessão coloca a disposição a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada e assinada pelos vereadores. Após foi aberto o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: **Leituras: 1** - requerimento de autoria do servidor público Marcelo Donizete Dias; **2** - decreto nº 11/2018 da prefeitura municipal, que "Dispõe sobre cumprimento da jornada de trabalho dos servidores municipais e dá outras providências". **Informado pelo Presidente: 1** - a concessão de prazo de dez dias à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara para apresentar parecer acerca da prestação de contas exercício - 2016, em tramitação nesta Casa; **2** - o recebimento de denúncia anônima referente as cirurgias realizadas na Santa Casa de Passos sem processo licitatório. Tendo o denunciante solicitado fosse repassada a denúncia aos vereadores para que tomem conhecimento do assunto, pois, ao questionar o fato diretamente na Santa Casa foi demitido; **3** - estão sobre as mesas convite para audiência pública contra a privatização de Furnas no dia 12/03 às 14:00 horas na Assembleia Legislativa em Belo Horizonte. **O PRESIDENTE COMUNICOU também** que estavam disponíveis no mural de avisos da Câmara novas numerações de portarias e decretos do executivo, além de edital de homologação de processo seletivo da prefeitura. Por fim informou que estavam sobre as mesas cópia de resposta do requerimento nº 35/18 o qual faz refere-se a questionamentos dos vereadores sobre os projetos de leis nº 05, 06, e 07/2018 (recebimento de notificação do Ministério Público para o envio dos referidos projetos). Iniciado o **GRANDE EXPEDIENTE, O PRESIDENTE DA CÂMARA**, passou a palavra ao servidor Marcelo Donizete Dias

para se manifestar conforme inscrição feita para uso da tribuna, tendo em vista que seu manifesto se tratava do assunto discorrido em seu requerimento, bem como, do que trata o decreto nº 11/18. No uso da palavra o servidor Marcelo Dias explanou há quanto tempo trabalha como servidor público municipal ocupando o cargo de auxiliar de biblioteca dizendo que sua jornada de trabalho sempre obedeceu ao calendário escolar, ou seja, seis horas corridas diárias nos dias úteis. Informou que em 02/03/18 foi informado pelo diretor do departamento de educação, Sr. Aroldo de

Melo Aguiar que este direito lhe seria retirado, tendo em vista, o recebimento de orientação do Ministério Público Federal. Segundo o servidor Marcelo Dias sua surpresa foi enorme ao analisar o documento, pois, o mesmo visa unicamente o cumprimento das obrigações dos médicos e servidores que prestavam serviços para o SUS na cidade de Fortaleza de Minas. Tendo salientado que em nenhum momento o documento trata sobre o direito ao calendário escolar, ou jornada corrida de seis horas no departamento de educação. Diante disso concluiu que é mentira que as modificações de horários e jornadas de trabalho nos demais departamentos municipais sejam por ordem do Ministério Público Federal, uma vez que, estas questões estão relacionadas ao âmbito de competência da Administração Municipal, e vendo que a justificativa não era verdadeira passou a deduzir que possivelmente o executivo quisesse aproveitar esta desculpa para exigir dos servidores a carga horária criada em 2005, a qual nunca foi aplicada por ter fugido ao princípio da realidade. Relatou que estão descumprindo também os princípios da razoabilidade e da segurança jurídica e que se estão afirmando que isso é cumprir a lei, então é necessário que se cumpra na íntegra e não só a parte que é desfavorável aos servidores, porque a mesma lei que estabeleceu carga horária fora da realidade do município é a lei que estabeleceu o direito à progressão e a prefeitura nunca efetuou este pagamento, bem como, nunca cumpre com a legislação que determina a revisão dos vencimentos dos servidores sempre no mês de maio de cada ano. Disse que em 02/03/2018 testemunhou dois princípios máximos da Constituição Federal serem violentados para prejudicar os servidores, pois, desrespeitaram o princípio da dignidade da pessoa humana uma vez que os servidores foram frontalmente desrespeitados ao terem suas vidas reviradas, modificando seus hábitos, rotinas e compromissos firmados há décadas, visto que sequer receberam um documento escrito informando radical mudança, tendo sido informados apenas verbalmente pelo diretor do departamento de educação, lembrando que houve casos de servidores que foram comunicados por telefone na sexta-feira a noite sobre as mudanças em suas vidas laborais que já ocorreriam na segunda-feira, ou seja, um total desrespeito aos trabalhadores causando vários prejuízos, inclusive de ordem emocional. O servidor Marcelo Dias disse que desrespeitaram ainda o princípio da segurança jurídica porque não se pode após décadas, alterar abruptamente a rotina laboral dos servidores, prejudicando-os desta maneira. E diante do narrado é que solicita aos vereadores desta Casa de Leis apoio no sentido de tornar legal a realidade laboral dos servidores que há décadas desempenham suas funções com zelo e presteza. Solicita seja encaminhado ao executivo requerimento para que seja encaminhado projeto de lei que defenda os servidores públicos municipais de maneira justa, visando sempre o interesse público, e que seja alterada a Lei 792/2005, para que nela conste a verdadeira carga horária, solidificada em décadas de prestação de serviço continuada e incontestada. Pediu apoio dos vereadores para que os servidores não sejam tão cruelmente prejudicados, visto que além de injusto o procedimento adotado pelo executivo não atendeu em nada o bem comum e nem ao interesse público, pois, todos sabem que um servidor satisfeito produz muito mais que seis horas, do que um trabalhador descontente em oito horas de trabalho. Pediu a palavra a servidora Viviane Silva a qual relatou que todos os servidores que trabalham na escola não desempenham apenas suas funções dos cargos, mas, ajudam a olhar as crianças, mas, nesta data, por exemplo, a servidora Zilda

Estevam, que trabalha na Escola Alzira Álvares, tem uma hora de almoço e reside longe de seu local de trabalho, recebeu ordens de que não poderia permanecer dentro da escola durante seu horário de almoço. Tendo o servidor Marcelo Dias que esta questão é um absurdo e que não tem o que comentar sobre o fato. Dito pelo Presidente que isso já estaria sendo abuso de poder. Continuando o servidor Marcelo disse que muitas servidoras da escola ajudam a olhar as crianças na hora do recreio, que não é função delas, mas, sempre estão ali para ajudar porque estão vendo a necessidade e isso é da natureza humana. Relatou que um servidor descontente trabalha com má vontade seja onde for e o certo é trabalhar em parceria com os servidores, os políticos da cidade e o sindicato dos servidores, pois, sempre buscam união e parceria com o poder executivo, o qual sozinho não faz nada. Enfatizou que é por isso que esta nesta Casa para pedir aos vereadores parceria para requerer junto ao executivo as mudanças coerentes que precisam ser feitas, porém, de maneira justa, correta, sem abuso de poder e sem extravagâncias que chegam a humilhar servidores o que é lamentável. Comentou que pedem por exemplo, que os servidores que tem disponibilidade que voltem a exercer suas funções no departamento de educação porque estão fazendo falta neste setor. Deixou claro que a crítica não é direcionada ao servidor e sim à decisão do executivo que gerou toda esta confusão e que seu pedido é para que concertem de maneira coerente, pacífica e pactual. Que possa ser feito pacto entre servidores, executivo, legislativo e sindicato dos servidores para buscar solução visando cumprir a lei nº 792/2005. Disse que jamais pediria para não cumprirem o princípio da legalidade, mas, se for cumprir este princípio, então deve pagar as servidores as progressões, os reajustes que antes eram em maio e agora passou para janeiro, devem dar EPI'S e condições de trabalho aos servidores da reciclagem para que possam trabalhar de maneira descente, ou então, que juntos busquem um acordo, mas, em sua opinião não deve ser feito como imposto pelo executivo, pois, estão cumprindo parte da lei nº 792 que prejudica os funcionários, mas, não cumprem a que beneficia os mesmos. Relatou que desta forma não funciona, irá virar um caos por mais que os servidores se esforcem. Solicitou novamente que os servidores que estão em disponibilidade possam voltar para educação pois, são muito úteis e fundamentais naquele setor. Pediu novamente a palavra a servidora Viviane Paula para informar que a servidora Sônia Alves é servente escolar e foi colocada na faxina, e nesta data a servidora Deide Lucia também servente escolar trabalhou sozinha, fazendo merenda para todos os alunos e ainda a limpeza da cozinha, sendo que a servidora Sônia que podia lhe ajudar estava em desvio de função por determinação. Tendo a Sra. Zilda Estevam presente na reunião porque as faxineiras foram desviadas de função há dez anos e levadas para trabalhar na escola. Esclarecido pelo servidor Marcelo que na lei nº 792, existe cargos de faxineira e merendeira, o qual foi mudado o nome para servente escolar e ainda constam todas as suas atribuições. Relatou que merenda faz merenda/comida, mas, com as mudanças, descumprindo a lei nº 792, colocaram a Sra. Sônia, servente escolar, na faxina, e mandaram as faxineiras da escola ou aguardar em casa até saberem para qual área iriam ou então para outros setores. Questionou o porque as faxineiras não podem ficar na escola se o local necessita de limpeza sendo que não é atribuição da servente escolar fazer o serviço de faxina. Lembrando que terão que ser contratadas mais serventes escolares porque as que estão na escola não darão conta de preparar a merenda escolar e ainda fazer o serviço de limpeza. Ainda com a palavra o Sr. Marcelo solicitou aos vereadores que junto do prefeito e do Sindicato, possa haver acordo para que a escola volte a funcionar como anteriormente cada servidor em seu lugar o que estava funcionando perfeitamente até então, e após isso, seja discutida a mudança da lei nº 792 visando adequá-la dentro da realidade e não inventar coisas malucas que sejam impossíveis de cumprir, porque se os servidores forem realmente cumprir a referida lei, irão querer receber todos os benefícios que a

mesma oferece, como por exemplo, as progressões, e desta forma a lei será aplicada realmente. No uso da palavra **O PRESIDENTE DA CÂMARA, VEREADOR EVAIR MESSIAS PEREIRA**, lamentou esta atitude repentina do prefeito, atitude que não foi pensada e muito mal planejada, atitude esta de grande magnitude, pois, conforme dito pelo Sr. Marcelo há servidores que prestam serviços ao município há vários anos, e por isso, entende esta ação como uma falta de respeito muito grande. Propôs que possam se reunir com o diretor do departamento de educação e os diretores dos demais departamentos também os quais provavelmente estejam também prejudicados visando adequar a realidade. Disse que antes de expedir requerimento ao executivo, os vereadores devem aprofundar e avaliar naquilo que é necessário dentro da realidade do município, mas como Presidente da Câmara está engajado nesta luta juntamente com o servidor Marcelo Dias e dos demais servidores. Relatou ter ficado surpreso porque soube que o prefeito havia feito reunião na policlínica e que desta reunião haviam feito acordo e que iriam aguardar um mês para elaborar nova escala e tentarem encontrar uma nova forma, mas, ao chegar nesta Casa foi surpreendido com o decreto nº 11. Disse que se tivesse havido acordo através de diálogo, dando prazos, e os servidores tivessem sido transferidos para os locais onde há necessidade, tudo bem, mas o servidor ser surpreendido de uma hora para outra, foi uma atitude impensada e infeliz seja do prefeito ou de quem o auxilia. Quanto ao caso da servidora Sonia Alves citado acima, disse que no Estatuto dos Servidores Públicos que diz que ordem legal não se cumpre, e se esta servidora não quiser fazer o serviço de faxineira, o executivo não pode tomar nenhuma atitude contrária a decisão da servidora. Comentou achar um absurdo a situação porque o prefeito não tem autonomia e nem poder de falar para um servidor ir para a casa aguardar decisão para qual setor o mesmo será designado, porque o salário do servidor vem de dinheiro público e não do prefeito. Para o Presidente, o prefeito somente poderá dar uma ordem desta para alguém que esteja trabalhando particular para o mesmo. Falou do desrespeito para com os funcionários que estão trabalhando em apenas um local há vários anos, o qual de repente se sente inútil naquele local porque não serve mais para trabalhar ali e para este Presidente isso é inaceitável. Relatou que a Câmara pode até fazer o requerimento ao executivo no sentido de que retorne com os servidores desviados. Enfatizou que o correto é tentar trazer o funcionário para o lado do prefeito para que o mesmo trabalhe contente e desta forma irá produzir mais porque com o funcionário insatisfeito com certeza a produção será bem menor, além do que pode ocorrer de aqueles servidores que se esforçam para fazer algo além de suas atribuições irão deixar de fazer, exemplo disso, são os vigias que assume papel de motoristas, os quais poderão optar por não fazer mais este serviço e aí como o município fará os transportes. Comentou que o que deixa os vereadores sem saber da situação, é que se tem tantos servidores disponíveis agora, porque há pouco tempo a Câmara recebeu projetos de leis de criação de cargos. Alguns presentes na reunião se manifestaram dizendo que esta atitude foi uma falta de respeito muito grande para com os servidores. Tendo a Sra. Ilda Neto questionado se então no dia seguinte a esta reunião poderiam voltar aos seus antigos locais de trabalho. Respondido pelo Presidente que devem aguardar o fim da reunião para ver se será expedido requerimento ao prefeito para que seja verificada esta possibilidade ou qual decisão será tomada. Disse que todas as vezes que o prefeito necessitou os vereadores sempre apoiaram e agora em seu entendimento o pedido de nove vereadores deve também fazer a diferença para o executivo, mas, se os vereadores não forem atendidos é sinal que os mesmos só servem para o prefeito no momento que o mesmo quer, mas, se os vereadores estiverem de acordo com o requerimento do plenário, este deve ser feito, expedido e devem aguardar o resultado, mas, se não forem atendidos devem ter consciência de que os vereadores estão sendo inúteis porque irá significar que os mesmos não têm voz ativa e aí poderão realmente partir

para outra posição. Após foi feito requerimento do Plenário ao executivo requerendo seja feita análise e que imediatamente os servidores retornem a exercer suas funções onde já estavam desempenhando as mesmas, tendo em vista, o cometimento de crime de responsabilidade por ter retirado servidores de seus serviços e não tê-los remanejado para outro setor. Requer ainda o agendamento de reunião, para negociação e criação de Plano de Trabalho em conjunto para realmente atenda a necessidade do município. Lembrando que esta atitude repentina do executivo assustou os servidores que não estavam preparados para as mudanças, bem como, assustou também os vereadores desta Casa. E ainda, a falta de organização pelo fato de efetuarem as mudanças mas não saberem em qual setor serão remanejados os servidores, pois, há informações de servidores que foram designados para digitalizar documentos, porém, não há sala e nem equipamentos necessários para a realização do serviço. Tendo o Presidente enfatizado que este requerimento se faz em face de preservar a dignidade dos servidores, tendo em vista, a vergonha que estão sentido por estarem se sentindo inúteis. Sugerido pelo vereador Helio Justino fosse acrescentado no requerimento que o prefeito deve se preocupar com servidores que estão em casa e não trabalhando. Dito pelo vereador Marcio que o executivo também deve se preocupar com aqueles servidores que realmente não cumprem o horário. Quanto a denúncia recebida o Presidente da Câmara disse entender ser gravíssima e que soube que o denunciante também estaria procurando o MP. Comentou que existem quarenta requerimentos expedidos ao executivo que estão sem respostas desde o mês de abril de 2017 a presente data. Foram feitos incessantes pedidos para que o mesmo responda as solicitações e não se sabe por qual motivo isso não é feito. Então gostaria de lembrar ao prefeito que um município bem próximo a Fortaleza, São Tomé das Letras, por deixar de responder dezessete requerimentos teve seu prefeito caçado e por isso **irá reiterar requerimento e solicitar sejam enviados a esta Casa, documentos com urgência para que possa fazer parte de uma possível abertura de CPI que acredita ser instaurada nesta Casa contra o prefeito.** Enfatizou que a realização das cirurgias foi muito bom, que não podem tirar o mérito do prefeito quanto a realização das cirurgias eletivas, pois, o povo precisa, mas, o administrador público deve atentar para alguns detalhes, visto que a realização de licitação é obrigatório, e um acordo firmado entre o prefeito e a Santa Casa, pode trazer graves problemas ao executivo. Disse que a questão já aconteceu, a denúncia está feita e agora os vereadores tem a obrigação de esclarecer os fatos. Relatou que prefere pensar que o prefeito ainda vai apresentar à Câmara a processo licitatório com a Santa Casa e que esta denúncia seja falsa, porque se for verdadeira infelizmente a Câmara terá que cumprir com seu dever. Em seguida **O VEREADOR DENILSON AUGUSTO DO NASCIMENTO** lamentou o fato ocorrido e concordou com o servidor Marcelo Dias quando o mesmo disse que para haver mudanças devem tomar muito cuidado principalmente quando mexe com toda a vida do servidor, porque o cidadão além das obrigações de trabalho tem uma vida fora do mesmo, tem compromissos e está completamente adaptado a seguir o horário que lhe foi determinado. Relatou ter sido lamentável a forma usada para fazer as mudanças e disse que em sua opinião deveriam ter havido reuniões com os funcionários e o sindicato dos servidores. Pediu permissão ao Presidente para que o presidente do SINDISFOR pudesse se posicionar sobre o assunto. Em aparte o servidor Marcelo Dias informou que tomou a liberdade de convidar aos representantes do sindicato a participar da reunião, inclusive agradece a presença dos mesmos. Lembrando que informou também a Câmara, ao executivo e ao diretor do departamento de educação. Permissão dada pelo Presidente, o Sr. Antonio Rivelino no uso da palavra informou que o SINDISFORT obviamente está do lado dos servidores. Que esta questão deixou os representantes do sindicato bastante

preocupados, mas, viram a iniciativa do servidor Marcelo com bons olhos. Relatou que estavam aguardando o movimento dos servidores para ver que decisão o sindicato iria tomar e por isso, entende que está no momento de se reunirem e tomar uma atitude. Falou novamente o vereador Denilson Nascimento dizendo que se o executivo quer colocar em prática a lei nº 792 fazendo estas mudanças com os servidores que então faça também sua parte e pague os benefícios de direito de cada servidor e que este é o momento oportuno de o sindicato cobrar esta posição do executivo. Esclarecido pelo Sr. Rivelino, presidente do sindicato que como esta foi uma iniciativa do Sr. Marcelo, o sindicato se comprometeu a comparecer na reunião e gostaria de deixar claro que está junto com o movimento, que o sindicato está analisando a questão do ponto de vista jurídico. Enfatizou que isso deve ser feito lentamente e gradualmente. Disse que sabe como está sendo difícil toda esta questão para os servidores e colocou toda estrutura do sindicato a disposição dos mesmos visando resolver esta questão. Ainda com a palavra o vereador Denilson Nascimento disse que como vereador e servidor, apesar de afastado, continua funcionário e lamenta toda esta questão. Informou que está junto para lutar pelo direito dos servidores e disse que nada mais justo do que buscar os referidos direitos. Disse que o servidor Marcelo está certo de buscar os referidos direitos, pois, as pessoas não devem cruzar os braços e deixar somente situações ruins acontecerem e permanecerem. Elogiou as palavras do Sr. Marcelo as quais foram claras, pois, a lei deve ser obedecida por ambos os lados e se realmente o prefeito não voltar atrás na decisão, que façam o prefeito cumprir sua parte. Sugeriu seja feita reunião com o prefeito, legislativo e representantes de cada setor visando discutir e encontrar uma forma melhor sem prejudicar a vida do servidor. No uso da palavra o servidor Marcelo lembrou que se for cumprir a lei e exigir do servidor sacrifício maior, o mesmo deve ser exigido do município o qual deve cumprir na íntegra a referida lei, do contrário, se não forem pagar os direitos dos trabalhadores então que negociem da forma como sempre foi feito. Quanto a questão dos vigias da policlínica que fazem serviço de motorista, citada pelo Presidente da Câmara, o vereador Denilson questionou como irá ficar definida esta situação, se os mesmos irão voltar para seus setores, pois, a prefeitura não terá condições de contratar motorista, porque os vigias inclusive transportam alunos. Respondido pelo Presidente da Câmara que se é para seguir a lei nº 792 na íntegra, nenhum servidor poderá estar em desvio de função, porque isso é proibido, e que há tempos falam que os desvios são feitos por casos de urgência, mas, diante das novas mudanças, os servidores irão querer cumprir a lei 792 e não fazer nada além de suas atribuições. Disse que ainda há tempo e se o prefeito for inteligente deverá colocar a cabeça no travesseiro, pensar e voltar atrás nesta decisão para que os trabalhos sigam conforme sempre aconteceu. Ao final o vereador Denilson Nascimento falou diretamente aos servidores que o que depender dos vereadores, os mesmos irão conversar com o executivo e no que puderem ajudar podem ter certeza que irão ajudar. Questionou sobre os projetos que encontram-se com as comissões, respondido que a resposta que aguardavam sobre os projetos de lei nº 05, 06 e 07 foi enviada a esta Casa. Questionou também a data da audiência pública referente ao projeto de lei nº 42 de autoria do vereador Danilo Oliveira, respondido que no dia 07/03 às 19:00 horas. Após **O VEREADOR MÁRCIO DOMINGUES ANDRADE** se lembrou de fala do colega Evair Pereira sobre haver vigias que também assumem cargo de motoristas, gostaria de ressaltar que não fazem somente o serviço de motorista não, mas, também de recepcionistas. Disse que é muito triste que certas situações aconteçam de forma a somente trazer revoltas, pois, realmente as atitudes foram tomadas de maneira abrupta não respeitando os funcionários, os quais mereciam pelo menos terem sido avisados das mudanças com antecedência. Quanto a fala do presidente do sindicato de que estavam esperando o movimento dos servidores, o vereador Marcio Andrade disse respeitar a opinião do mesmo,

mas, entende que este movimento em favor do funcionário não deveria partir do Sr. Marcelo e sim do SINDISFOR, o qual deveria ser o primeiro a levantar a bandeira em favor dos servidores, porém, respeita a opinião do Sr. Rivelino e solicita que o sindicato esteja junto aos servidores. Com relação a serem feitas mudanças, o vereador disse que tais mudanças devem ser estudadas, analisadas e observadas as vantagens e desvantagens. Comentou que muitas das vezes o triste é saber que foram feitas mudanças que supostamente não se sabe o resultado, pois, tiraram servidores de seus locais de trabalho sem saber onde seriam recolocados e para o vereador isso é uma falta de respeito ao servidor e ao respeito público. Falou sobre o sentimento de inutilidade que os servidores possam estar sentindo neste momento já que muitos receberam ordens de aguardar em casa a decisão de qual setor iriam trabalhar. Sobre a recomendação do Ministério Público, disse que a mesma veio para um setor e não para todos, então, este documento não é justificativa de fazer esta mudança em todos os setores. Após sugeriu ao Sindicato que se reunisse com o prefeito, antes mesmo do envio do requerimento da Câmara, e solicitasse que o executivo cumprisse a lei das progressões e se o mesmo não se posiciona, que o sindicato movimente ação na justiça em favor dos servidores municipais, pois, se o prefeito acha que tem autonomia para fazer as adequações que devem ser feitas, o mesmo deve tomar os devidos cuidados de forma a não prejudicar os servidores que tem suas obrigações mas, também tem seus direitos. Quanto a pergunta da servidora Ilda Neto se então poderiam voltar para o setor de educação, o vereador Marcio disse que antes de enviar o requerimento para o prefeito e receberem resposta, ou até mesmo de se reunirem com ele para saber como agir, por enquanto, o correto é fazer o que foi ordenado até aguardar uma decisão. Falou que particularmente irá falar com o prefeito e sugeriu que os demais vereadores assim que tiverem oportunidade façam o mesmo para verificarem o que está acontecendo e as possibilidades de reverter a situação ou de adequação, porque as vezes entendem que estão melhorando uma situação, mas, na realidade estão criando problema maior. Ao final relatou que é necessário mais respeito para com os servidores e se colocou a disposição para ajudar, inclusive na adequação da lei 792 para adaptar a questão do horário de trabalho de forma a melhor justificar e não desamparar ou funcionários conforme está sendo feito. Em resposta aos questionamentos do vereador Marcio, o presidente do sindicato informou que já está sendo movida ação coletiva contra o município desde 2016 pleiteando o pagamento das progressões, a qual já foi para sentença. Já sobre o movimento discutido nesta reunião, o Sr. Rivelino informou que o mesmo iniciou-se no último fim de semana, e o sindicato está atento nesta questão, inclusive participou de reunião realizada no PSF, e por isso estava mais a par da situação daquele setor. Pediu a palavra a servidora Ilda Neto novamente para questionar sobre o horário de trabalho e os desvios de funções. Respondido pelo vereador Marcio que sobre os horários está bem claro e o que for determinado para um setor será determinado para outro. Já sobre os horários de trabalho dos servidores do hospital, o que soube é que se reuniram e havia ficado decidido que este mês ainda trabalhariam da forma antiga e depois analisariam a situação, porém, já soube de comentários não oficiais de que o prefeito voltou atrás em suas palavras e designou as mudanças para a policlínica também a partir de 06/03. Com a palavra o Presidente disse que no decreto nº 11 consta que devem cumprir os horários a partir desta data sem nenhuma exceção. O vereador Marcio Andrade disse que a ação do executivo foi falta de respeito, pois, se quisesse agir deveria ter seguido todos os critérios, porém, esta mudança é desnecessária, porque antes de querer mudar o servidor de setor devem ao menos saber para onde irão recolocá-lo, e até onde este vereador sabe não existe nenhum setor com falta de funcionário. Sobre o pedido do Presidente de reiterar requerimento referente as cirurgias, informou que na verdade fez requerimento solicitando a relação das cirurgias e os valores para comparar, mas, teriam agora

que requerer a cópia do procedimento licitatório da santa casa. Dando continuidade o vereador Marcio Andrade disse ter recebido reclamações novamente a respeito das piscinas. Disse que é uma vergonha as piscinas não estarem funcionando e que em sua opinião irão esperar o inverno chegar para colocarem as mesmas para funcionar. Comentou que soube que não podem ser usadas porque há alguns azulejos quebrados, mas, o valor desta manutenção não é alto, então deveriam adquirir os azulejos e aproveitar o pedreiro da prefeitura para fazer o serviço, tratando a água e colocando as piscinas para funcionar. Em aparte o Presidente relatou que o clube municipal está sendo alugado por um valor significativo, então este valor deve ser aplicado dentro do clube e que seria interessante citar isso no requerimento do vereador Marcio. Dito pelo vereador Marcio que o mais triste foi ter recebido reclamação de que no último fim de semana aproximadamente trinta pessoas entraram nas piscinas não se sabe de que forma, mas, usaram as piscinas sem que a água estivesse tratada e isso é um risco de saúde pública. Disse que entrou em contato com o prefeito explicou a situação, mas, gostaria de **fazer requerimento ao executivo para que sejam tomadas atitudes para não continue a invasão nas piscinas. Requer seja feito tratamento da água das mesmas conforme necessário, tendo em vista, que o município tem funcionário para isso. Requer também seja feita a manutenção dos azulejos das referidas piscinas para que sejam colocadas para funcionar. Os vereadores Gabriel Queiroz, Helio Justino, Welington Santos e Evair Pereira participam do requerimento.** Em seguida falou de reunião realizada no clube municipal no dia 01/03 sobre a entrega simbólica das apostilas do método angulo de ensino, tendo em vista, que setenta por cento deste investimento foi direcionado por seis vereadores através da emenda impositiva ao orçamento para que fosse direcionado tal recurso para estas apostilas. Relatou que a emenda foi de autoria dos vereadores Marcio, Denilson, Evair, Welington, Francisco Ronivaldo e Gabriel. Frizou que o evento foi muito bom, que o Presidente estava presente mas por motivos de saúde precisou se ausentar, lembrando que as apostilas do método ângulo são usadas em colégios particulares e serão usadas nas escolas municipais de Fortaleza. Disse estar satisfeito de a emenda trazer este benefício aos alunos do município, mas, ficou muito triste de estar no clube municipal participando de mais um evento presenciar a ausência de luzes que funcionem no local, além de mau cheiro dos banheiros e alguns deles também estão quebrados, os ventiladores não funcionam. Comentou que a banda da polícia militar estava se apresentando e um dos integrantes solicitou ao vice-prefeito para que acendessem a luz, mas, não foi possível, porque estava com defeito, o que é uma vergonha, porque é uma situação simples e barata de se resolver além do que o município tem electricista para resolver estes problemas. **Tendo sido feito requerimento do vereador Marcio ao executivo verifique prioritariamente a parte elétrica do clube municipal e seja dada a manutenção necessária. Requer ainda sejam verificadas as demais necessidades do local e sejam feitas as manutenções necessárias para o devido funcionamento do local. O Presidente da Câmara participa deste requerimento.** Após o vereador Marcio Andrade comentou que foi alterado o local de atendimento médico da policlínica municipal, que o consultório médico foi transferido para onde era a antiga farmácia da policlínica, no cômodo próximo da recepção. Disse entender que esta mudança diminuiu o tumulto de pessoas na parte de baixo da policlínica e o atendimento é mais próximo, tendo ficado melhor, mas, para fazer este atendimento é necessário dar condição para isso, pois, as janelas são de blindex, basculantes e em altura que qualquer cidadão que passe pela rua consegue ver dentro do consultório, impossibilitando assim de o médico se necessário fazer atendimento mais minucioso no paciente. Relatou que a sala é aberta, dá vazamento de voz possibilitando ouvir a conversa entre médico e paciente, e além disso, como se não bastasse, usaram sacos plásticos de lixo nos

vidros para que as pessoas não enxerguem dentro do consultório, e ainda existe o fato de a janela onde se fazia a entrega de medicamentos a qual fica do lado da porta está aberta e se chegarem perto do local dá para ver o médico examinando o paciente. Comentou que a mudança é interessante, mas, antes de ser feita deve-se adequar o local. Pediu a palavra a servidora Helaine Oliveira para dizer que quando a população procura a policlínica para consulta, informam que a mesma deve procurar o PSF, e que também não querem prescrever medicamentos, inclusive nem medicamentos que eliminam as dores. Questionou porque então existem vários médicos na policlínica e disse que deveriam demitir todos e implantar o SAMU na cidade porque daí, usariam só a ambulância para transportar o povo. Informou também que para se consultar no PSF é necessário agendamento e existe grande fila de espera só que não é culpa da médica porque a mesma está sobrecarregada uma vez que a policlínica atende somente urgência e emergência e os demais atendimentos são feitos no PSF. Ao final disse que neste setor a situação está bem ruim. Dito pelo vereador Marcio que numa cidade como Fortaleza que não tem tantas emergências e o médico da policlínica está no local cumprindo plantão não custava nada auxiliar o PSF e desafogar um pouco a médica do local. Também presente na reunião o cidadão Edivan Barbosa relatou que a médica do PSF atende apenas quinze pacientes por dia. **O vereador Marcio Andrade fez requerimento ao executivo para que os atendimentos médicos da policlínica municipal voltem a ser feitos no consultório onde sempre foram feitos. Requer seja feita adequação necessária da sala da antiga farmácia para que após isso o consultório médico seja transferido para o local. Sugeriu seja fechada janela com blindex e seja colocado ar condicionado, pois, desta forma os atendimentos serão feitos com maior privacidade e poderão permanecer na referida sala.** Quanto a fala da cidadã Helaine, **o Presidente propôs requerimento do Plenário ao executivo requerendo seja verificada a possibilidade de os médicos da policlínica atenderem algumas consultas e também prescrever receitas visando eliminar a fila de esperas por consultas no PSF, uma vez que na policlínica municipal não existe muitas urgência e emergências a serem atendidas.** Dito pelo vereador Denilson Nascimento que para uma cidade do tamanho de Fortaleza é um absurdo, pois, há vários médicos na policlínica e os cidadãos estão tendo que aguardar até vinte dias em fila de espera para consulta no PSF. Após **o vereador Marcio Andrade fez requerimento ao executivo para que posicione-se em relação ao projeto de lei complementar nº 03, tendo em vista o fato de que a Câmara já se mostrou indignada com a tabela de valores proposta para o reajuste do IPTU. Requer informações se o projeto em trâmite será retirado, ou se a Câmara poderá colocar o mesmo em votação para aprovação ou rejeição do mesmo. Por sugestão do vereador Danilo Oliveira requer que tal posicionamento se possível seja enviado à esta Casa até o dia 19/03 data da última reunião ordinária de março para que os vereadores possam deliberar sobre o assunto. Após acordo o requerimento foi expedido em nome do plenário.** **O vereador Marcio Andrade fez também ofício ao deputado federal Carlos Melles pelos recursos que o mesmo tem empenhado ao município.** Citou que há poucos dias foi realizada reunião em que o assessor do deputado o qual informou que será enviado recurso no valor de cento e cinquenta mil reais para a área da saúde, além de cem mil reais para o ministério da agricultura. Informou a todos que já foram enviados cento e cinquenta mil reais para aquisição de trator, ensiladeira e plantadeira, e mais cento e vinte e nove mil reais que foram recebidos no mandato da ex prefeita Neli que foi destinado para equipar o PSF e aquisição de veículo. Em seguida **O VEREADOR HÉLIO SANTOS** parabenizou o servidor Marcelo Dias pelas palavras ditas em Plenário e disse que a atitude tomada pelo prefeito serviu até para este vereador que também é servidor público. Relatou que o prefeito não está preocupado em saber quais servidores vão

e quais não vão no pátio municipal para assinar a folha de ponto porque ele está mandando os funcionários ficarem em casa. Para este vereador o prefeito deveria preocupar mais com o servidor que está em casa e não está indo no pátio assinar a folha de ponto porque este vereador já recebeu várias reclamações sobre este fato. Reclamações estas vindas da zona rural. Disse que é a favor do requerimento e que gostaria que constasse esta questão, solicitando que verificasse esta situação, lembrando ainda, que este vereador é a favor dos servidores municipais. Dito pelo Presidente que a fala do vereador Helio é muito interessante, porque quando o prefeito criou este novo horário de trabalho, talvez a intenção fosse a de regularizar, mas, como está regularizando se está mandando o servidor para casa? O Presidente disse que a fala do Sr. Helio é muito interessante e que deve inclusive constar no requerimento, visto que devem regularizar primeiro para saber para onde vão os servidores para depois os mandarem aos respectivos setores, porque não existe fazer mudanças para mandar os servidores para a casa. Continuando o vereador Helio Justino disse que o prefeito deve repensar a situação porque sem os servidores o mesmo não vai a lugar algum, pois, se os funcionários forem de má qualidade, o prefeito é péssimo e isso reflete nos vereadores também. Ao final **o vereador Helio Justino fez ofício ao deputado Aelton Freitas agradecendo o envio de recurso no valor de cem mil reais o qual foi repassado ao Sindicato Rural do município. Fez também requerimento ao executivo requerendo informações se já foram adquiridos medicamentos para a farmácia do município, tendo em vista, indicação de emenda popular para tal finalidade, caso não tenham sido comprados que o faça o mais rápido possível visando atender a população.** Dando continuidade usou da palavra **O VEREADOR GABRIEL LOURENÇO DE QUEIROZ** para relatar que não tinha conhecimento desta situação. Disse que em sua opinião os servidores tem todo direito e razão de procurar a Câmara para ver os direitos dos mesmos. Relatou ter sido prefeito por quatro meses e vinte e três dias, e que entendeu que o correto é estar de bem com os funcionários. Disse que quando estava prefeito foi criado na prefeitura o departamento de compras e pessoalmente foi convidar o servidor Marcelo Dias para trabalhar no referido setor, tendo sido atendido e demonstrado muito profissionalismo, sendo um excelente funcionário, atendendo a demanda do município. Para o vereador se não houver clima bom entre prefeito e servidores não existe boa administração. Questionou como o prefeito poderá chegar em algum setor caso tenha feito algo que tenha magoado ou prejudicado os servidores daquele local, ficando uma situação difícil de administrar. Comentou que a Câmara irá fazer requerimento solicitando seja feita negociação com os servidores, visando seja feita revisão para buscar solução de forma que fique tudo de acordo para os dois lados, pois, sem os servidores a prefeitura não caminha. Agradeceu ao servidor Marcelo Dias por ter explanado a situação aos vereadores e pediu ajuda do mesmo caso seja feita alguma mudança, incluiu também em seu pedido de ajuda os departamentos da prefeitura e o SINDISFOR. Quanto ao requerimento do vereador Marcio sobre as piscinas, o vereador Gabriel disse já ter feito requerimento neste sentido há algum tempo e o executivo respondeu que já estavam elaborando projeto para fazer uma revisão no local, mas, até a presente data isso não ocorreu. Comentou que tem observado que os adolescentes estão frequentando as piscinas porque os jovens não tem outro lugar para o lazer. Dito pelo Presidente que isso pode acarretar em grande problema de saúde pública. Tendo o vereador Marcio dito que ainda existe o risco de acontecer algum acidente, de crianças menores caírem nas piscinas maiores e não ter responsável para cuidar, e ainda, o fato de a água não estar tratada, e se isso ocorrer é a prefeitura que responde. Sobre a mudança do consultório médico o vereador Gabriel Queiroz disse entender que é um absurdo, pois, a sala não oferece conforto e nem privacidade suficiente para uma consulta. Disse que o local não é adequado e que deveriam verificar a situação. Em relação a

prescrição de receita médica disse que esteve na policlínica a noite porque estava passando mal, o médico lhe atendeu muito bem, porém, precisava de medicamento controlado explicou o fato ao médico o qual disse que a receita poderia ser retirada somente no PSF, tendo o vereador esclarecido que estava passando mal e que precisava do medicamento naquele momento, tendo o médico respondido que infelizmente é a ordem que ele tinha e que não poderia dar a receita a qual realmente deveria ser retirada no PSF, porém, quando o paciente chega no PSF sempre depende de um agendamento de consulta, mas, enfim o médico lhe receitou umas gotas do medicamento para aquele momento e disse ao vereador para procurar o PSF para pegar a receita, tendo o vereador dito que Deus o ajudou que o mesmo conseguiu o medicamento de forma irregular, mas, conseguiu porque se fosse esperar a consulta do PSF poderia ter outra crise e não teria o medicamento para cessar a mesma. No uso da palavra o Presidente disse não entender os atendimentos da policlínica porque dizem que é somente urgência e emergência, mas, quando chegam pacientes ao local são feitos apenas os primeiros socorros e já transportam para Passos, então quem realmente atende as urgências e emergências é a Santa Casa, e então, não sabem o que realmente os médicos estão fazendo aqui na policlínica e que o requerimento está correto em solicitar que os médicos façam um pouco além pela população porque é um absurdo o cidadão ter problemas de saúde e ainda ter que passar por agendamento de consulta para poder conseguir a receita de medicamento. Disse que deve rever a situação dos médicos os quais ganham por plantões de vinte e quatro horas e não cita que o profissional irá atender somente urgência e emergência. Após **O VEREADOR FRANCISCO RONIVALDO RODRIGUES** falou sobre o profissionalismo do servidor Marcelo Dias dizendo que não é que a biblioteca não precise de um servidor como ele, mas, em sua opinião o referido servidor está em local errado, pois, o correto seria que o mesmo estivesse no setor da prefeitura de onde surgiu a ideia desta mudança, pois, as vezes não teria ocorrido este transtorno. Falou sobre o profissionalismo, a pessoa e o caráter do servidor Marcelo Dias dizendo que o mesmo deveria ser mais aproveitado dentro da prefeitura. Em relação ao equívoco cometido pelo prefeito, o vereador gostaria de saber do mesmo se partiu dele esta ideia, porque não é possível uma situação desta. Relatou que sempre falou e fala que a alma da administração é o funcionário público que fazendo sua função bem feita, a repercussão é somente para o prefeito, do contrário também, caso o servidor não exerça bem suas funções. Comentou que não está citando todos porque em sua opinião enfermeiros e demais funcionários que trabalham na área da saúde cumprem seus horários com dignidade, e que esta cobrança de horário de trabalho, o executivo deveria fazer para os médicos, porque por várias vezes diversos cidadãos tentam ser atendidos e mesmo sendo horário de plantão dos médicos, eles dizem que não podem atender porque é horário de café ou está em horário de repouso. Comentou que muitas das vezes os enfermeiros ficam em situação difícil porque a vontade é de que o paciente seja atendido e o médico não pode. Disse que se vê na posição do prefeito, mas, também enxerga que na verdade não está regularizando a situação e sim bagunçando porque como deixam por exemplo os cuidados da escola a cargo de apenas um servidor e os demais estão em casa de braços cruzados sem saber em qual setor irá trabalhar. Comentou que não é porque reside no Bairro Chapadão que não se interessa pelos problemas da cidade, que foi eleito pelo povo e está nesta Casa para representar o povo. Disse que os servidores estão certos de procurar a Câmara e de procurar os direitos dos mesmos e pediu ao presidente do sindicato que se empenhe bastante nesta questão, pois, o funcionário deve trabalhar feliz e satisfeito, pois, assim estará sendo elevado o nome da administração. Disse que os servidores podem contar com o mesmo para o que for preciso e que foi uma infelicidade do prefeito ter colocado em prática esta ideia que o vereador não sabe de onde surgiu, mas, os servidores podem ter certeza que irá falar com o prefeito e

questionar se tal ideia partiu do mesmo. Após questionou aos assessores jurídicos da Câmara e do Sindicato se estas mudanças não teriam que ter passado pelas mãos do procurador jurídico do município. Respondido pelo servidor Marcelo, que como solicitou cópia do documento, soube que o decreto foi redigido pelo procurador jurídico do município e assinado pelo prefeito. Tendo o vereador Francisco Ronivaldo dito que está admirado com esta situação, pois, sabendo do profissionalismo do procurador jurídico, Dr. Paulo, o mesmo fazer um documento deste, que na interpretação da assessora do sindicato não é certo, assim como do assessor da Câmara. Questionou se a intenção destas mudanças é simplesmente prejudicar os funcionários. Respondido pelo Presidente que o pior é que este decreto foi redigido por um advogado que até pouco tempo era sindicalista, e isso é de se admirar. Tendo o vereador Francisco Ronivaldo questionado se então o procurador jurídico estaria ajudando a administração a fluir. Dando continuidade **o vereador Francisco Ronivaldo fez requerimento ao executivo requerendo seja feita reunião no Bairro Chapadão, para que o prefeito informe previsão do retorno dos atendimentos médicos e psicológicos no Bairro, tendo em vista, que este vereador já não irá segurar todos os problemas do Bairro sozinho. Que esta reunião seja para esclarecimento de dúvidas dos moradores, pois, o PSF continua fechado, deixou de atender no local por motivos de irregularidades, não regularizou, passando a atender no escritório de uma fazenda, onde são armazenados medicamentos de bovinos, então, houve denúncia e os atendimentos cessaram. Disse que o proprietário da fazenda teve boa vontade de ceder o espaço, porém, não era adequado. Disse que está segurando as reclamações dos moradores faz tempo, tem feito pedidos de melhorias ao executivo, mas, sem retorno. Que chegou em um ponto que não está conseguindo segurar mais os moradores os quais estão querendo buscar seus direitos na justiça. Comentou que é vereador tanto na Fortaleza como no Chapadão e que foi eleito para defender a população. Que é parceiro do prefeito desde que suas ações sejam de bem para a população. O vereador Wellington Santos participa deste requerimento.** Continuando falou sobre ponte que caiu no Bairro e que não reivindicou mais a construção desta ponte porque é caminho de acesso a residência de seu sogro, o qual tem câncer e é a única saída do local, porém, faz três meses que caiu e ao falar com o prefeito o mesmo disse que se não forem cedidas as vigas não há como construir a ponte novamente, a qual é obrigação da prefeitura. Questionou como irá conseguir segurar as pessoas de quererem tomar atitudes, até porque em se tratando de família é mais complicado ainda, porque cobram muito mais. E falaram ao vereador que se o mesmo não tomasse providência e o prefeito não resolvesse o caso que iriam procurar a justiça. **Tendo o vereador feito requerimento ao prefeito para que se for de responsabilidade da prefeitura, seja reconstruída ponte de acesso ao Srs. Sebastião e Vicente Teófilo no Bairro Chapadão, pois, caso não seja construída serão tomadas outras medidas pelos próprios moradores. O vereador Wellington Santos participar deste requerimento.** O vereador Francisco Ronivaldo disse que em época de campanha política é formado um grupo onde há união, mas, e depois da campanha é cada para si, porque de todo jeito que tenta algo para o Bairro com o prefeito, nunca dá certo, lembrando que sua parte é feita porém, não tem retorno. Em aparte o Presidente questionou se o PSF do Morro do Ferro está funcionando, respondido pelo vereador Francisco Ronivaldo que não tem informações sobre o referido funcionamento. E que a única coisa que sabe é que se não fosse a Sra. Sueli, agente de saúde do Chapadão a situação estaria pior, pois, a referida agente está sendo muito profissional se desdobrando para fazer seu trabalho, e não está agindo somente como profissional, mas, como um ser humano sendo parceira e companheira de todos. Enfatizou que não está aqui para criticar o prefeito e nem a administração, pois, quando o executivo age certo, elogia,

agradece, mas, quando erra também tem que falar. Salientou que não há condições de esperar mais um ano para iniciar os atendimentos no PSF do Bairro, e que a construção foi muito bem feita e houve muito dinheiro empregado na mesma. Comentou que está agendado retiro espiritual que será na antiga escola e o pessoal leva água de caminhonete monta bomba para jogar a água na caixa. Comentou que não briga apenas por seu Bairro mas que se souber que os outros bairros rurais estão passando por estas dificuldades iria brigar do mesmo jeito. Quanto aos atendimentos médicos no bairro, o Presidente disse que é direito da população e dever do município pois, para isso vem verbas do Estado para que a população seja atendida, e então, o prefeito está descumprindo uma determinação, e diante deste fato questionou se então o PSF está atingindo suas metas porque há um bairro inteiro sem atendimento. Respondido que se houverem metas, deve ser pelas agentes de saúde. Dito pelo Presidente que entende que as agentes fazem seus serviços corretamente e que está falando desta obrigação, deste direito que o povo tem ao atendimento já que foi construído PSF no Bairro e de repente o administrador dos recursos infringe a lei porque não está aplicando recurso numa parcela da população, e no entendimento do Presidente esta verba está sendo desviada, tendo questionado para onde a mesma estaria indo. Disse que devem cobrar esta questão do executivo. No uso da palavra **O VEREADOR DANILO OLIVEIRA** disse concordar plenamente com o que foi relatado no requerimento do servidor Marcelo Donizete Dias. Relatou ficar triste com esta decisão abrupta do prefeito, sem dialogar com o sindicato que representa os servidores e sem dialogar com os servidores, e por isso, propõe e sugere a criação de um Grupo de Trabalho em que façam parte o prefeito seus diretores de departamentos, chefes de setores, seus assessores, SINDISFOR, vice-prefeito e representantes dos servidores municipais. Convidou em especial ao servidor Marcelo Dias para que contribua junto ao referido grupo e disse acreditar que não somente este vereador mas, os demais estão todos dispostos a lutar pelo bem dos servidores públicos e dos cidadãos de Fortaleza de Minas, porque a decisão do prefeito irá refletir na qualidade do serviço público prestado, uma vez que, um servidor que cumpre carga horária de seis horas feliz com certeza irá produzir e atender a população de maneira adequada. Salientou que não é obrigando o servidor a fazer determinada carga horária. Disse concordar com o princípio da realidade e entende que devem adequar a legislação à realidade e a necessidade dos serviços. Que não dá para falar que a carga horária de todos os setores pode ser reduzida para seis horas, porque alguns deles necessitam do servidor por quarenta horas ou até mais um pouco, mas, devem fazer valer o princípio da igualdade. Citou frase de Rui Barbosa a qual lhe fez entender que os servidores da educação não tem que cumprir carga horária em recesso escolar, em férias, o que é um absurdo, pois, irá gerar gastos para a municipalidade além do que no referido período não há necessidades do trabalho destes servidores. Enfatizou que os onze representantes políticos da cidade devem participar deste Grupo de Trabalho mesclando com servidores de carreira e diretores de departamento, além do presidente do sindicato e sua assessoria jurídica para que juntos façam estudo entre a necessidade do servidor e a realidade da lei nº 792 e quem sabe até propor ao sindicato e aos servidores em comum acordo para que eliminem um passivo trabalhista da fazenda pública municipal, porque conforme aqui relatado o sindicato já ingressou com uma ação competente e quem sabe num consenso, num esforço comum visando o bem estar da comunidade e dos servidores não possam negociar com os mesmos a questão do horário de trabalho e das progressões horizontais. Relatou que quando diz em construir uma Fortaleza de Minas melhor quer dizer isso, ceder de um lado e ganhar de outro, e entende que se tentarem um acordo a maioria dos servidores irão concordar e desta forma irão regularizar a lei nº 792, porque desde que ela foi criada os servidores tiveram direito apenas a progressão vertical, ou seja, a mudança de nível. Solicitou que trabalhem em conjunto, que

pensem para frente e que tenham união entre os servidores, entre os políticos eleitos para que juntamente com o sindicato possam dar uma solução que irá atender a comunidade. Disse acreditar que o servidor trabalha seis horas satisfeito e cumpre com sua tarefa, o mesmo está cumprindo com o bem comum, está contribuindo para que Fortaleza de Minas se torne um lugar melhor para viver. Ao final deixou seu total apoio aos servidores e solicitou ao Presidente que conste no requerimento ao executivo a sugestão de criação de grupo de trabalho, pois, após acordo quem sabe haja negociação com sindicato visando a retirada de ação da justiça caso os servidores concordarem mediante assembleia e desta forma estarão contribuindo para toda coletividade, porque se o município tiver que pagar os direitos dos servidores, irá prejudicar a população em geral. Deixou seu respeito a todos os servidores e disse estar pronto para construir uma Fortaleza de Minas a cada dia melhor. Após comentou sobre ofício nº 35 recebido por esta Casa o qual trouxe resposta referente aos questionamentos sobre os projetos de leis nº 05, 06 e 07/18. Disse que analisou os projetos e que provavelmente na ordem do dia o Presidente irá questionar as comissões sobre a liberação dos mesmos para votação. Relatou que analisou os três projetos e que em sua opinião os mesmos estão liberados para votação se a maioria da comissão assim entender. Comentou que no ofício resposta, foi feito esclarecimento o qual diz que a administração não recebeu nenhuma notificação do TCE, tendo a ADPM informado que o que se pretende é mera adequação de rubricas no orçamento, tendo a consultoria concluído que a criação da mesma se adéqua melhor a despesa realizada. Já sobre o projeto de lei complementar nº 03 que implanta uma nova base de cálculo do IPTU disse comungar do entendimento o vereador Marcio e acredita que o prefeito precisa se posicionar e caso não se posicione, propõe aos colegas vereadores que deliberem este projeto na próxima reunião porque não podem ficar ao longo do tempo aguardando uma definição. Dito pelo vereador Marcio que terão que dar prazo para resposta do requerimento. Lembrou que se este projeto não for aprovado ele não poderá voltar em trâmite este ano a não ser que a maioria dos vereadores assinem para isso. Antes de encerrar o servidor Marcelo Dias solicitou novamente a palavra e voltou a insistir na sugestão e na palavra do Presidente da Câmara, que o correto é primeiro fazer a análise para após fazer a mudança e não o inverso. Relatou que a ideia do Grupo de Trabalho é interessante, mas, primeiro devem voltar os servidores para seus lugares e depois façam estudo. Ao final o Presidente agradeceu a presença do servidor Marcelo Donizete Dias e disse que esta Casa está sempre de portas abertas para auxiliar da melhor maneira possível tanto a população quanto aos servidores. Que os vereadores estarão sempre a disposição para o que for correto. Em resposta o servidor Marcelo Dias agradeceu em nome de todos os servidores e disse ter ficado muito feliz com a posição de todos os vereadores, os quais estão sendo coerentes e estão tendo bom senso e por quererem trabalhar com a legalidade, tendo ficado nítido que os vereadores são de acordo de que os servidores tenham esta prerrogativa. Antes de encerrar a reunião a assessora jurídica do SINDISFOR fez uso da palavra para dizer que o sindicato também se assustou com a iniciativa do prefeito. Que recebeu diversas ligações relatando o ocorrido e está analisando de forma jurídica, pois, devem pensar que dependendo dos atos dos servidores concursados, os mesmos poderão sofrer consequências. Falou que irá se reunir com os servidores e que estará a disposição de todos. Que a intenção do sindicato é tentar resolver da melhor forma possível e que não podem esquecer que o regime jurídico administrativo é um mundo paralelo das relações de trabalho normais. Citou exemplo de promotor que entrava com várias ações civis públicas contra servidores que não cumpria a carga horária do concurso e nestes casos os servidores tiveram que reembolsar. Enfatizou que o que o prefeito de Fortaleza está fazendo está extremamente errado, a forma ditatorial e de militarismo as vezes até sem verificar o concurso e as funções de cada servidor. Disse que ele

poderia ter se reunido com os funcionários e conversado sobre a carga horária até porque tem pessoas concursadas há mais de trinta anos e a realidade de trinta anos atrás não é a mesma de hoje e conforme dito nesta reunião a forma de trabalho estava boa, os servidores não estavam aclamando tanto os direitos dos mesmos porque estava conveniente para todos trabalhando em um local de trabalho insalubre, com qualidade de trabalho muito baixa, inclusive existem locais que o próprio prédio não favorece oito horas diárias de serviço. Disse que realmente devem pensar que foi uma forma de imposição totalmente equivocada e que quando o presidente fez contato com a mesma lhe informou que iria agir de forma jurídica para não prejudicar os servidores. Comentou que quem a conhece sabe que a mesma veste a camisa e briga pelas causas justas em favor dos servidores, mas, ao mesmo tempo tem que pensar no que pode ingerir a eles posteriormente. Salientou que quer cópia de todos os editais em suas mãos, irá saber a carga horária de cada servidor, irá analisar a melhor forma e entrar em acordo e irá exigir uma qualidade de trabalho também muito boa. Disse que já que é para cobrar irá cobrar também os benefícios que os servidores necessitam. Em aparte informou que o sindicato tem várias ações coletivas contra o município, e que as intimações são recebidas apenas pelo SINDISFOR. Citou que não irá abrir mão destas ações porque é um direito dos servidores e isto está em lei e disse que não devem esquecer que o principal princípio da administração pública é a legalidade e que os vereadores são responsáveis por isso e então, gostaria de pedir o apoio desta Casa quando for necessário fazer alguma alteração em leis visando não prejudicar os servidores. Quanto a questão emocional disse estar extremamente revoltada com a ação do executivo, inclusive falou para alguns servidores que o desvio de função não é permitido e como assessora jurídica do sindicato não irá admitir isso, lembrando que irá estudar cada caso separadamente e irá se manifestar. Falou que quando assumiu a assessoria do sindicato já não concordava com muitos desvios de funções só que os servidores estavam bem, mas, agora que soube da história da servidora Sonia, se comoveu e irá averiguar. Informou que está a disposição dos servidores todas as quintas-feiras a partir as 17:30 horas. Pediu novamente a palavra o servidor Marcelo Dias o qual disse concordar que o princípio fundamental da administração é a legalidade, mas, volta a bater na tecla de que quando a legalidade está fora da realidade a mesma não prevalece, e há exemplo disso. Comentou que devem se agarrar aos princípios e por isso devem pegar a realidade e adaptá-la a legalidade, trazer para o legislativo para torná-la legal. Antes de passar para o ordem do dia o Presidente comentou sobre o campo de futebol o qual está um pouco esquecido, pois, foi recebida verba de duzentos e cinquenta e dois mil reais para a reforma, foram solicitadas algumas informações do executivo e não obtiveram resposta. Comentou que fica difícil lidar com a situação, porque se no futuro for montada comissão e caçam o prefeito, o mesmo vai falar que os vereadores são maus, porém, vereador sem respostas de requerimento não fazem nada, irão receber sem trabalhar. Ressaltou que as obras de reforma do campo pararam e o prefeito não nos informa oficialmente os motivos de terem parado e o que aconteceu com a verba recebida. Fez apelo ao prefeito para que o mesmo comece a cumprir com tudo aquilo que é obrigação dele para com esta Casa para que a Câmara não tenha que tomar as providências cabíveis porque as conseqüências desta ação não são agradáveis. Em relação ao campo de futebol o vereador Marcio Andrade disse ter tido informações não oficiais, mas, que existe um problema não só aqui mas, em outros município, relacionado a Caixa Econômica Federal referentes as medições e pagamento da obra. O Presidente respondeu que entendeu a resposta do colega Marcio mas que gostaria de ter estes documentos em mãos porque é sempre questionado sobre a verba do campo tendo em vista as obras terem parado. Não havendo mais assuntos para o grande expediente passou-se a **ORDEM DO DIA** com a seguinte pauta: Questionado as comissões sobre o

Projeto de Lei Complementar nº 03 que institui a planta de valores imobiliários, tendo ficado definido o envio de requerimento e aguardarão resposta para posterior votação. Discussão e Votação em primeiro turno dos Projetos de Leis nº 05, 06 e 07/18 que "Autorizam a abertura de crédito especial e dá outras providências, aprovados por unanimidade em primeira votação. Tendo o Presidente lembrado a todos que o contador do município falou com o assessor jurídico da Câmara que estes três projetos necessitavam ser aprovados, pois, se tratava de uma solicitação do TCE e quando o vereador Marcio solicitou envio de cópia da referida recomendação foi informado que não existe pedido do TCE e sim da ADPM, mas, como o assessor jurídico da Câmara não verificou nenhum impedimento não há motivos para não serem aprovados. Dito pelo vereador Marcio que a aprovação destes projetos é tranqüila, pois, é somente mudança de nomenclatura. Votação dos requerimentos apresentados nesta reunião, aprovados por unanimidade. Antes de encerrar a reunião o Presidente solicitou que para a próxima reunião as comissões possam chegar um pouco mais cedo para se reunirem para elaborar parecer sobre a prestação de contas do ano de 2016, para que a mesma já seja liberada para votação. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente convoca para a trigésima oitava reunião ordinária da primeira sessão legislativa ordinária da décima quarta legislatura às 19:00 horas, no dia 12 de março de 2018. Após o Presidente declara encerrada esta reunião e para constar é lavrada a presente ata que aprovada, é assinada pelos presentes.

---

---

---

---

---

---

---

---